



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE UBÁ – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
DAVID ROCHA KOCH TORRES**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7.471 de 30-4-1986
Data da instalação: 19-3-1987
Data de implantação do Pje: 6-8-2015

Jurisdição: Ubá, Brás Pires, Divinésia, Dolores do Turvo, Ervália, Guarani, Guidoal, Guiricema, Mercês, Piraúba, Presidente Bernardes, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Senador Firmino, Silveirinha, Tabuleiro, Tocantins e Visconde do Rio Branco.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 16-7-21-2021, p. 1.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 10-11-20

Às 8 horas do dia dois de agosto de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP N° 54, de 29 de dezembro de 2020 na Vara do Trabalho de Ubá, situada na Rua Vinte e Dois de Maio, 47, conforme Ato N° 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **David Rocha Koch Torres**; a Secretária da Vara do Trabalho, em exercício, Sra. Sônia Helena Rocha Ferraz; os servidores Everaldo Teixeira Schiavon, Fernanda Costa Marques, Geraldo Flávio de Paula, Gustavo Webster Costa Cruz, Isaias Silva Lourenço, Ivanilde Vieira de Aguiar, Josely Ribeiro de Castro Honorato, Júlio César Amaral Spirito, Marcos Vinicius Gazolla de Lima, Maria José Botelho, Maria José Rolim Luiz, Paulo Roberto de Oliveira, Vania Mara Venturelli Monteiro e Tatiana Assunção e as estagiárias Lohanny Gazolla de Freitas e Larice Ribeiro de Souza. Ausente o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Ricardo de Freitas Paixão e o servidor Marcos de Vasconcellos Mello, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

I. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 628 processos, distribuídos neste ano até o dia 26-7-2021, apurando-se a média de 4,6 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu até o dia 26-7-2021, 25 cartas precatórias, dentre elas, 8 executórias. Das recebidas em 2021, 18 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 165 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 53 processos foram remetidos neste ano até o dia 26-7-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 15 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.



1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 10 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 742 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 16 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 11 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC, há 1 processo sobrestado já julgado, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF, a saber: 0074700-54.2007.5.03.0078 - Tema 246: Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço.

Abaixo as orientações do NUGEPNAC:

OBSERVAÇÕES/ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS:

Em caso de dúvidas, entrar em contato no NUGEPNAC, falar com Marilda: (31) 3228-7194 (modo siga-me), a partir das 12h.

OBSERVAÇÕES/ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS:

Processo sobrestado pelo Tema 246 da VT de Ubá:
0074700-54.2007.5.03.0078

O Tema 246 de repercussão geral foi apreciado pelo STF em 30/03/2017 e transitou em julgado em 1º/10/2019, após rejeição de embargos de declaração, conforme informações disponíveis no quadro informativo “Temas de interesse da Justiça do Trabalho (Repercussão Geral – STF)”, acessado pela aba “JURISPRUDÊNCIA/STF/Repercussão Geral” na página inicial do site deste TRT3).

A pesquisa no PJe revelou que, em 14.05.2020, foi publicada decisão, após certidão circunstanciada dos andamentos do feito, determinando “que se aguarde o deslinde do Recurso Extraordinário informado”. Em seguida, registrou-se, corretamente, movimento genérico de sobrestamento. Em 26/11/2020, o processo foi dessobrestado e, na mesma data, novamente sobrestado, lançando-se, acertadamente, o seguinte movimento genérico: “Suspendo o processo por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou de declaração incidente”.

Todavia, no momento da validação no sistema SJVPI, o lançamento foi alterado, equivocadamente, para Tema 246 da Repercussão Geral, já transitado em julgado.



Orientação: Para adequação do registro no sistema SJVPI ao comando judicial e ao lançamento no PJe, gentileza seguir os procedimentos listados abaixo:

No sistema SJVPI

- 1) acessar a tela "Consulta/Valida Processos sobrestados", selecionando o filtro "Confirmados e não confirmados" na caixa "Mostrar sobrestamentos";
- 2) lançar o número do processo indicado acima no campo "Número do processo (CNJ)";
- 3) clicar em "Pesquisar" (ícone da lupa);
- 4) o processo vai ser listado no campo "Sobrestamentos encontrados". Selecionar este processo e, em seguida, clicar no botão "Retirar confirmação" (seta azul na parte inferior);
- 5) selecionar novamente o processo e clicar em "ignorar sobrestamento".

Processo sobrestado pelo Tema 606 da VT de Ubá:
0095700-13.2007.5.03.0078

O Tema 606 da Repercussão Geral teve o mérito julgado em 15/3/2021, a ata de julgamento foi publicada em 22/3/2021 e o respectivo acórdão, em 27/4/2021, porém sem a tese. Em 16/6/2021 a tese foi fixada, publicando-se a ata de julgamento em 28/6/2021.

Tese firmada: "A natureza do ato de demissão de empregado público é constitucional-administrativa e não trabalhista, o que atrai a competência da Justiça comum para julgar a questão. A concessão de aposentadoria aos empregados públicos inviabiliza a permanência no emprego, nos termos do art. 37, § 14, da CRFB, salvo para as aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/19, nos termos do que dispõe seu art. 6º".

Nesses casos, a orientação da 1ª Vice-Presidência deste Regional é pelo encerramento do sobrestamento, retomando-se o trâmite processual, caso não haja outros motivos de suspensão, mediante determinação judicial.

Em consulta ao site deste Regional e do TST, bem como ao PJe, observou-se que houve conversão do processo indicado acima para eletrônico em 4/12/2020. Verificou-se, ainda, que antes dessa conversão inexistia lançamento de sobrestamento pelo Tema 606 da Repercussão Geral.

Sobressai da pesquisa que o lançamento de sobrestamento no PJe, efetuado em 7/1/2021, embasou-se em certidão anexada na mesma data, reproduzindo andamentos do processo no TST, onde consta registro de sobrestamento pelo Tema 606 em 9/3/2018. Assinala-se, por oportuno, o último andamento registrado no TST em 03/05/2021: "Conclusos para despacho (RE sobrestado) (Gabinete da Vice-Presidência)".

Ocorre que, para exatidão dos dados enviados ao CNJ, não é correto replicar na 1ª instância eventual sobrestamento lançado no TRT ou no TST por motivo de repercussão geral ou de incidentes de recursos repetitivos. Eventual determinação de sobrestamento na 1ª instância corresponderá a movimento genérico, sem vinculação a incidente ou repercussão geral.



Orientação: Para correta informação de dados do acervo de processos suspensos ao CNJ, encerrar o sobrestamento do processo indicado acima pelo Tema 606 da Repercussão Geral.

Na hipótese do Juízo da VT de Ubá entender que esse processo deva permanecer suspenso enquanto aguarda o julgamento do recurso, o movimento correspondente deve ser genérico, mediante ordem judicial específica, sem referência a repercussão geral, ignorando-se o lançamento respectivo no SJVPI no dia seguinte.

Processos examinados na correição:

- 0001569/12: aguarda decisão em Recurso de Revista;
- 000574/13, 0001717/15 e 0000349/15: aguardam decisão em Agravo de Instrumento em Recurso de Revista;
- 0001776/15, 0001445/14 e 0002074/14: aguardam decisão em outro feito;
- 0001100/15: Aguarda decisão em Agravo de Instrumento;
- 0095700/07: suspenso Tema 606: a) reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos; b) competência para processar e julgar a ação em que se discute a reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos;
- 0011660/17: suspenso por conflito de competência.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema e-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema e-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf



Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Uba - 01a Vara						
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	01/04/2021 (31/03/21)	01/05/2021 (31/03/21)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	8,85	6,48	6,69	11,27	11,26	12,99	12,31

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 26-7-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	51
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	78
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	20

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:



Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.

6

Não há processos com mais de 300 dias sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2020	4	1
2021 – ano de referência	145	
TOTAL	149	0,03

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de julho até o dia 26-7):

Processo	Classe	Tarefa
0010815-12.2020.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010833-33.2020.5.03.0078	Ação Civil Coletiva	Elaborar sentença
0010928-63.2020.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0011178-96.2020.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010063-06.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010069-13.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010097-78.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito	Assinar sentença



	Ordinário	
0010144-52.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010197-33.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010202-55.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Assinar sentença
0010227-68.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010248-44.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010283-04.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010300-40.2021.5.03.0078	Ação de Cumprimento	Aguardando audiência
0010306-47.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010325-53.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010328-08.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010329-90.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010346-29.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010348-96.2021.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (102): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	183
FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente	0



(item 394)	
Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	20

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	255

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	20

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Ubá - 01ª Vara
-------------------------	-----------------------



Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	1º Trim 2021	
						1 (01/01/21 - 31/03/21)	2 (01/04/21 - 31/05/21)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	49,94	47,88	59,81	32,07	35,26	32,25	30,17

PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 376 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 249 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 96 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 31 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 26/07/2021

No ano anterior, até dia 26/07/2020 - havia 447 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 311 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 105 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 31 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de julho até o dia 26-7):

Processo	Classe	Tarefa
0010188-81.2015.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010170-26.2016.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010563-82.2015.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Assinar despacho
0010160-79.2016.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010808-59.2016.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento



0011657-31.2016.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando apreciação pela instância superior
0011255-73.2016.5.03.0134	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0025200-48.2009.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos
0012397-86.2016.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0000701-87.2015.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0001576-57.2015.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0001346-54.2011.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando cumprimento de acordo
0001475-20.2015.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando apreciação pela instância superior
0001785-26.2015.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0001523-76.2015.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0012296-49.2016.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando apreciação pela instância superior
0010443-68.2017.5.03.0078	Execução Fiscal	Aguardando final do sobrestamento
0001372-13.2015.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0012327-69.2016.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0012401-26.2016.5.03.0078	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando apreciação pela instância superior

FASE DE EXECUÇÃO – 1º-1-2021 até 30-6-2021

Ubá	316	368	265
-----	-----	-----	-----

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de julho até o dia 26-7):



	2020	2021
01-JANEIRO	94	50
02-FEVEREIRO	38	59
03-MARÇO	21	73
04-ABRIL	27	65
05-MAIO	30	67
06-JUNHO	60	65
07-JULHO	55	63
08-AGOSTO	43	
09-SETEMBRO	34	
10-OUTUBRO	58	
11-NOVEMBRO	66	
12-DEZEMBRO	13	
Totais	539	442

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07
	4																		
CARLA CRISTINA DE PAULA GOMES						40													
DAVID ROCHA KOCH TORRES		17	21	4	30	20		31	22	49	24	12	5	3		57	60	41	
FERNANDO SARAIVA ROCHA														11	10				
MARCELO SOARES VIÉGAS									8	4	23					2	7		
SOFIA FONTES REGUEIRA	90	21		23			55	12	4	5	19	1	45	45	23	6		24	63
THIAGO SACO FERREIRA															40				
Totais	94	38	21	27	30	60	55	43	34	58	66	13	50	59	73	65	67	65	63

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de junho até o dia 26-7):



	2020	2021
01-JANEIRO	14	4
02-FEVEREIRO	16	13
03-MARÇO	5	7
04-ABRIL	3	7
05-MAIO	2	12
06-JUNHO	11	8
07-JULHO	12	36
08-AGOSTO	5	
09-SETEMBRO	4	
10-OUTUBRO	9	
11-NOVEMBRO	23	
Totais	104	87

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 26-7-2021, existem 2 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	2
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	0
Tutelas Provisórias Pendentes	0
Total	2

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 2-8-2021 havia 12 processos:



- a) **uma por videoconferência (rito sumaríssimo):** 5 processos;
- b) **inicial por videoconferência:** 5 processos;
- c) **conciliação em conhecimento por videoconferência:** 1 processo;
- d) **conciliação em execução por videoconferência:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010585/21, 0010552/21, 0010617/21, 0010618/21, 0010620/21, 0010623/21, 0010624/21, 0010595/21, 0010600/21 e 0010601/21.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho não possui, até o dia 28-7-2021, processo físico migrável.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010615/21, 0010331/21, 0010586/20, 0011021/19, 0011087/20, 0010809/19, 0010845/20, 0010599/21, 0010675/17, 0010067/21, 001569/12, 0000574/13, 0001717/15, 0001776/15, 0095700/07, 0011660/17, 0000349/15, 0002074/14, 0001445/14, 0001868/14, 0010137/18, 0011397/19, 0011420/19, 0011421/19, 0011445/19, 0011460/19, 0011437/19, 0011438/19, 0011439/19, 0011522/19, 0011440/19, 0011458/19, 0010160/18, 0011111/20, 0011446/19, 0011186/20, 0010298/21, 0010299/21, 0010357/21, 0010284/21, 0010278/21, 0010281/21, 0010593/21, 0010380/21, 0010508/21, 0011194/20, 0011493/18, 0010993/20, 0001406/1, 0010631/19, 0010031/21, 0010415/21, 0010224/21, 0001708/14, 0011364/16, 0010671/17, 0010441/21, 0011314/19, 0010123/19, 0001407/15, 0010077/20, 0011001/19, 0010075/20, 0010078/20, 0010046/20, 0011177/19, 0011209/17, 0010144/20, 0011247/19 e 0011014/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

Recomenda-se ao MM. juiz que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis públicas em tramitação.



Processo	Tarefa	Fase
0010610-85.2017.5.03.0078	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011240-78.2016.5.03.0078	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase
0010495-25.2021.5.03.0078	Aguardando prazo	Conhecimento
0010833-33.2020.5.03.0078	Elaborar sentença	Conhecimento
0012261-89.2016.5.03.0078	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	17	31	33
Instrução processo eletrônico	28	54	53

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	9	11	13-8-21- 11 dias
Procedimento Ordinário	12	17	16-8-21 - 12 dias
Instrução	24	45	28-9-21 - 42 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 26-7-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase	613	53



de conhecimento (item 90416)

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	24	32

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	413	241
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	4	2.025
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	7	40

No ano atual, apurou-se que, até o dia 26/07/2021, com 136 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	26	0,191
Julgados procedentes em parte	63	0,463
Julgados improcedentes	33	0,243
Extintos com resolução de mérito	4	0,029



Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	126	0,926
Extintos sem resolução de mérito	28	0,206
Arquivamento	29	0,213
Desistência	73	0,537
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0
Total sem resolução de mérito	130	0,956
Decisões de conhecimento	256	1,882
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	38	0,279
Conciliações	368	2,706
Decisões de incidentes na liquidação/execução	17	0,125
Total	660	4,853

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	36	0,153
Julgados procedentes em parte	77	0,328
Julgados Improcedentes	64	0,272
Extintos com resolução de mérito	8	0,034
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	185	0,787
Extintos sem resolução de mérito	55	0,234
Arquivamento	47	0,2
Desistência	191	0,813
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0
Total sem resolução de mérito	293	1,247
		17



Decisões de conhecimento	478	2,034
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	56	0,238
Conciliações	720	3,064
Decisões de incidentes na liquidação/execução	29	0,123
Total	1.283	5,46

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – No período de 01/06/2021 até 30/06/2021, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	7	0,333
Conciliação em execução	21	1
*Encerramento de instrução	0	0
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	22	1,048
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	20	0,952
Una / Una (rito sumaríssimo)	43	2,048
Total	113	5,4

* Os encerramentos de instrução não são totalizados



No mês de junho de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 54 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução. (dados apurados no mês de julho até o dia 26-7):

	Conhecimento		Execução		Liquidação
	2020	2021	2020	2021	2020
01-JANEIRO	36	26	7		3
02-FEVEREIRO	99	44			2
03-MARÇO	40	61	1		2
04-ABRIL	37	59	2		2
05-MAIO	76	79	1		6
06-JUNHO	91	55	1		5
07-JULHO	86	45	6		1
08-AGOSTO	36		1		
09-SETEMBRO	61		1		
10-OUTUBRO	70		2		
11-NOVEMBRO	65		1		
12-DEZEMBRO	24		3		
Totais	721	369	26	20	1

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07
CARLA CRISTINA DE PAULA GOMES						41													
DAVID ROCHA KOCH TORRES		89	41	9	76	51		35	59	65	50	26	1		15	60	74	52	
FERNANDO SARAIVA ROCHA														14	8				
MARCELO SOARES VIÉGAS									3	4	16						11		
SOFIA FONTES REGUEIRA	43	10		30	1		93	2		3		1	28	32	18			8	45
THIAGO SACO FERREIRA															21	1			
Totais	43	99	41	39	77	92	93	37	62	72	66	27	29	46	63	61	85	60	45



Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (dados apurados no mês de julho até o dia 26-7):

	2020	2021
01-JANEIRO	77	52
02-FEVEREIRO	175	142
03-MARÇO	84	167
04-ABRIL		119
05-MAIO	104	177
06-JUNHO	248	113
07-JULHO	192	112
08-AGOSTO	91	
09-SETEMBRO	141	
10-OUTUBRO	155	
11-NOVEMBRO	168	
12-DEZEMBRO	83	
Totais	1518	882

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07
CARLA CRISTINA DE PAULA GOMES					90													
DAVID ROCHA KOCH TORRES		146	84	104	158	4	86	127	146	130	83			33	119	168	94	
FERNANDO SARAIVA ROCHA													38	21				
MARCELO SOARES VIÉGAS								14	9	38						8		1
SOFIA FONTES REGUEIRA	77	29				188	5					52	104	44			19	111
THIAGO SACO FERREIRA														69				
Totais	77	175	84	104	248	192	91	141	155	168	83	52	142	167	119	177	113	112



Foram realizadas 125 audiências de 1º-7-2021 até o dia 28-7-2021 e designadas 12 de 29-7-2021 até do dia 30-7-2021. Em agosto estão designadas 131 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (dados apurados no mês de julho até o dia 26-7):

	2020	2021
01-JANEIRO	66	37
02-FEVEREIRO	171	93
03-MARÇO	99	129
04-ABRIL	67	97
05-MAIO	95	114
06-JUNHO	137	73
07-JULHO	118	81
08-AGOSTO	68	
09-SETEMBRO	101	
10-OUTUBRO	119	
11-NOVEMBRO	102	
12-DEZEMBRO	55	
Totais	1198	624

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07	
CARLA CRISTINA DE PAULA GOMES						55	1													
DAVID ROCHA KOCH TORRES		131	95	25	94	82		58	97	101	78	48	5		21	88	105	63		
FERNANDO SARAIVA ROCHA														20	22					
MARCELO SOARES VIEGAS									4	13	23	7						9		
SOFIA FONTES REGUEIRA	66	40	4	42	1		117	10		3	1		32	73	46				10	81
THIAGO SACO FERREIRA															38	9				
Totais	66	171	99	67	95	137	118	68	101	119	102	55	37	93	129	97	114	73	81	



Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (dados apurados no mês de julho até o dia 26-7):

	2020	2021
01-JANEIRO	554	244
02-FEVEREIRO	447	564
03-MARÇO	288	732
04-ABRIL	229	433
05-MAIO	498	469
06-JUNHO	590	499
07-JULHO	835	493
08-AGOSTO	374	
09-SETEMBRO	477	
10-OUTUBRO	419	
11-NOVEMBRO	464	
12-DEZEMBRO	289	
Totais	5464	3434

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h30min e/ou 13 horas. Na quarta-feira há pauta dupla. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de uma hora para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional de terça-feira a quinta-feira e que mantém afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se ao magistrado, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 26-7
Processos recebidos	1.465	1.154	628
Média por dia útil	6,5	4,9	4,6
Processos remanescentes do ano anterior	97	151	157
Sentenças anuladas	3	1	0
Total de processos para solução	1.565	1.306	785
Processos solucionados	1.433	1.198	624
Processos conciliados	855	720	368
Produção	91,56%	91,73%	79,49%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 21,22% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve um aumento de 0,17%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução GP n. 194, de 20 de dezembro de 2021.



MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 26-7-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	368
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	624

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	624
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	628

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	364
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	425

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 26-7-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	183
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	605



2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	255
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	421

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 26-7-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	605
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	421
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	17

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	183
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	255
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	17



Perfil da Vara do Trabalho		Uba - 01a Vara	
Indicadores / Período de referência		Ano 2020 01/01/2020 a 31/12/2020	1º trim 2021 01/04/2020 a 31/03/2021
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,07	0,33
	I02 - Pendentes	452	455
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	55,82	64,33
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	56,17	41,09
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	254,74	258,09
	I07 - Taxa de conciliação (%)	60,10	60,30
	I08 - Taxa de solução (%)	103,72	113,58
	I13 - Taxa de execução (%)	112,58	110,43
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	11,26	12,99
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	35,26	32,25
	I11 - Produtividade por servidor	99,76	96,82
I12 - Pendentes por servidor	25,29	25,24	
Meso	Acervo	0,07	0,10
	Celeridade	0,13	0,15
	Produtividade	0,33	0,24
	Congestionamento processual	0,03	0,05
	Força de trabalho	0,35	0,35



Macro	IGEST	0,1802	0,1773
	Posição IGEST	1	1
	Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados do último trimestre extraídos em 07/05/2021)

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$1.113.384,81	R\$178.278,2	R\$7.676.821,1

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 7/1995, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 1/2012, que dispõe sobre a tramitação preferencial de processos que envolvam acidente de trabalho; 1/2013, que orienta a não designação de audiência inicial quando entes definidos como da Fazenda Pública atuarem como parte, ressalvado a situação de litisconsorte; 1/2014, que cria a comissão de desfazimento de bens; 1/2014, que regulamenta a retirada de autos da secretaria e vista no balcão; 1/2016, que regulamenta a informação processual por telefone bem como às partes assistidas por advogado; 01/2020 que dispõe sobre a juntada de arquivos de áudio e vídeo aos processos que tramitam no PJe, disciplina sua utilização e dá outras providências; Ordem de serviço 01/2020 dispõe sobre o rito das audiências durante o período de pandemia e do novo coronavírus e dá outras providências e a Ordem de serviço 02/2020 disciplina e padroniza procedimentos executórios relacionados a citação e utilização de ferramentas eletrônicas na Vara do Trabalho de Ubá.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.



10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado foi de 96,04% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 99,75%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 101,04% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado foi de 112,01% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,92%.

Em 2020, quando a Meta era “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus.”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,70% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo o resultado deste Regional de 98,21%.

Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado foi de 157,44% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 102,16%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 161,24% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.



Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 23,04% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 50,85%.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado na fase de execução foi de 23,04% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 59,98%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 107,05%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Em 2020, a Meta 6 era “Priorizar o julgamento das ações coletivas – identificar e julgar até 31-12-2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2017 no 1º grau, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 105,26%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 103,75%.

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional não possui processo migrável.

Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

No ano 2021, até o dia 30-6-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 54 dias, sendo de 192 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 56 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.



12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) inscrito na pauta o processo sobrestado já julgado pelo STF com incidente de Repercussão Geral, discriminado no item 1.7 desta Ata, e que sejam observadas, também, as informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas – NUGEPNAC, bem como aquelas encaminhadas periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

2) continuado o cumprimento da Resolução Conjunta n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata da atenuação virtual e o uso do aplicativo WhatsApp Business, este último conforme artigo 7º da referida Resolução Conjunta;

3) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada



gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

4) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

5) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

6) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: "inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado";

7) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

8) acompanhado o Painel Interativo de Metas, disponível em <https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/gestao-estrategica/metas-nacionais/painel-interativo>;

9) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;

10) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigco.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

11) realizado, pelo magistrado e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que



dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as incluídas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

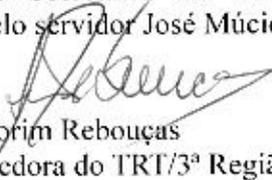
Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.



A Correição Ordinária é encerrada às 11 horas do dia dois de agosto de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 129, publicado no DJe 16-7-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.


Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE
OLIVEIRA JUNIOR:30831138

Dados: 2021.08.02 10:34:42 -03'00'